



PUBLIQUE - SE

Em: 26 / 09 / 2006

Helio José de Medeiros
Diretor do Depto de Administração
Dec 0047 / 2005

PROJETO DE LEI Nº 403/2006.

Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, cria a Controladoria Municipal e dá outras providências.

José Santana da Silva, Prefeito Municipal de Crisópolis faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Sistema de Controle Interno é o conjunto de ações de todos os agentes públicos para que se cumpram, na Administração Pública, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e também a legitimidade, economicidade, transparência e objetivo público.

Parágrafo único. O Sistema de Controle Interno abrange a administração direta, indireta e alcança os permissionários e concessionários de serviços públicos, bem como, os beneficiários de subvenções, contribuições, auxílios e incentivos econômicos e fiscais.

Art. 2º - Fica instituída a Controladoria, órgão central do Sistema de Controle Interno da Administração Pública do Município, com a função de fiscalizar e controlar as contas públicas, avaliar os atos de administração e gestão dos administradores municipais, sempre zelando pelos princípios elencados no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - A Controladoria terá atuação no Poder Executivo e ainda nas autarquias, fundações, empresas de economia mista, empresas públicas, fundos, concessionários, permissionários, aplicação de subvenções e no cumprimento das obrigações dos beneficiários de incentivos econômicos e fiscais.

Art. 4º - A Controladoria é instituída com a seguinte estrutura:

- a) - Agente de Controle Interno - nomeado em Cargo em Comissão, responsável pela direção do sistema;
- b) - Auxiliar de Controle Interno – servidor efetivo e estável, com atribuições ampliadas, designado com função gratificada, em cada secretaria, órgão, unidade orçamentária ou entidade, segundo a necessidade, para auxiliar o Agente de controle Interno.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá designar servidores lotados em outras áreas da Administração Pública para prestarem serviços na Controladoria.

PUBLICADO

Em: 26 / 09 / 2006

Helio José de Medeiros
Diretor do Depto de Administração
Dec 0047 / 2005



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Art. 5º - A Controladoria atuará de forma integrada e formal, atendendo obrigatoriamente as disposições abaixo mencionadas, além de outras que poderão ser mencionadas em Regime Interno, cabendo-lhe especialmente:

- I** - deliberar sobre todos os processos;
- II** - deliberar sobre qualquer fato que tiver conhecimento ou denúncia que lhe for formalizada;
- III** - tomar providências imediatas quanto a solicitações de Secretários, do Prefeito Municipal, da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Contas;
- IV** - apresentar o Relatório de Controle Interno sobre gestão fiscal e outros decorrentes de leis ou resoluções do Tribunal de Contas;
- VI** - instituir, anualmente, o Programa de Trabalho do Sistema de Controle Interno.

§ 1º - O Chefe do Poder expedirá atos numerados contendo instruções sobre rotinas, procedimentos e responsabilidades funcionais para a Administração Pública e para a Controladoria.

§ 2º - Todo e qualquer trabalho realizado, independentemente da conclusão, formalizado com:

- I** - número de protocolo seqüencial;
- II** - síntese do objeto;
- III** - descrição do objeto;
- IV** - conclusão;
- V** - data do início e conclusão dos trabalhos.

§ 3º - Sem prejuízo do disposto no caput a Controladoria emitirá, relatório de controle interno sobre gestão fiscal e quanto ao seguinte:

- a)** - Pessoal – admissão/contratação, exoneração/demissão, aumentos diferenciados, concessão de gratificações, frequência, diárias e outros atos de gestão de pessoal;
- b)** - Receita – instituição, arrecadação, renúncia por ação ou omissão;
- c)** - Dívida Ativa – lançamento, cancelamento, cobrança administrativa, encaminhamento e cobrança judicial e comparação do saldo com a receita arrecadada;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

d) - Despesa – equilíbrio em relação a receita arrecadada, cumprimento dos princípios previstos no artigo 1º desta Lei, empenho – liquidação – pagamento, despesas de caráter continuado e de expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;

e) - Licitações e Contratos – despesas não incluídas nos processos licitatórios, os processos licitatórios e os contratos;

f) - Obras – de acompanhamento, paralisadas, cronogramas físico-financeiros, projetos – responsabilidade técnica, formalidades de recebimento, caução e liberação;

g) - Análise Patrimonial:

1. Ativo Financeiro – comprometimento, recursos vinculados, controle bancário e responsável.

2. Passivo Financeiro – confronto com o Ativo Financeiro, despesas vinculadas e depósitos de terceiros.

3. Ativo Permanente – controle dos bens.

4. Passivo Permanente – controle da Dívida Fundada, documentação legal, inscrição, amortização e saldo comparado com a receita arrecadada.

5. Patrimônio Líquido – análise com observância dos possíveis efeitos do sistema de compensação;

g) - Outros relatórios:

Art. 6º - Fica criada, na estrutura administrativa do Município de que trata a Lei Nº 335/99, subordinado ao Prefeito Municipal, a Controladoria Municipal.

Art. 7º - Os vencimentos do Cargo de Agente de Controle Interno e auxiliar de Controle Interno do Art. 6º desta Lei será aquele do anexo único.

Parágrafo único. O Agente de Controle Interno, para ser designado há de ter elevado conhecimento em Administração Pública e deve ter formação em nível superior, preferencialmente nas áreas de Ciências Contábeis, Administração, Economia ou Direito.

Art. 8º - A Controladoria poderá requerer ao Prefeito a colaboração técnica existente no serviço público ou a contratação de terceiros, sendo que o despacho deverá ser fundamentado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. Não atendido o requerimento de que trata o caput, no prazo de trinta dias, ou ainda, não sendo aceita a justificativa do despacho, a Controladoria deliberará quanto aos encaminhamentos necessários.

Art. 9º - A Controladoria, quando necessário para o desempenho de suas funções, caberá solicitar a quem de direito, esclarecimentos ou providências e quando não atendidas de forma suficiente ou não sanadas a restrição, dará ciência ao Prefeito, conforme o caso, para conhecimento e providências necessárias.

§ 1º - A falta de providências do Prefeito, ou ainda, não sanada a restrição, cabe a Controladoria comunicar ao Tribunal de Contas do Estado e, se for o caso, ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Controladoria no desempenho de suas funções institucionais será responsabilizado administrativa, civil e criminalmente.

§ 3º - As infrações funcionais aos princípios do artigo 1º, serão apuradas e penalizadas na forma prevista no Estatuto dos Servidores Municipais.

§ 4º - O agente público terá direito ao contraditório junto a Controladoria.

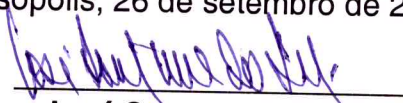
Art. 10. O Poder Executivo, nos seguintes prazos, contados a partir da publicação desta Lei:

- I – até 30 dias – regulamentará o Sistema de Controle Interno;
- II – até 45 dias – receberá da Controladoria, proposta de regimento interno;
- III – até 60 dias – baixará Decreto aprovando o regimento interno.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Crisópolis, 26 de setembro de 2006.


José Santana da Silva
Prefeito Municipal



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO

(Lei Municipal n. 337 de Dezembro /1999)

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
DA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

CARGO	QT	SÍMBOLO	NIVEL	VALOR
CONTROLADOR GERAL	01	CC 00	1	2.080,00

CARGO	QT	SÍMBOLO	NIVEL	VALOR
AUXILIAR CONTROLE INTERNO	03	CC 00	1	700,00